Questão relativa à denominação do "Mar do Japão"

Perspectiva geral

O Mar do Japão é uma região marítima situada ao longo da costa nordeste do continente asiático. Está separado do Oceano Pacífico pelo arquipélago japonês e pela ilha Sacalina.

Historicamente, o termo "Mar do Japão" foi utilizado pela primeira vez na Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX e tem sido utilizado por mais de 200 anos. Com frequência, no caso em que um mar se separa de oceanos, seu nome está relacionado justamente aos principais arquipélagos ou penínsulas que o isolam. O termo "Mar do Japão", portanto, está centrado em um elemento geográfico chave: o arquipélago japonês, que separa tal região marítima do norte do Oceano Pacífico.

De fato, sem o arquipélago japonês, essa região marítima não existiria.

Devido a essa característica geográfica evidente, o termo "Mar do Japão" tem sido aceito amplamente em todo o mundo. Na atualidade, mais de 97% dos mapas usados em todo o planeta, exceto os da República da Coreia e os da Coreia do Norte, utilizam exclusivamente o termo "Mar do Japão". Portanto, esse termo está consolidado internacionalmente.

Apesar do reconhecimento mundial, na sexta Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos em 1992, a República da Coreia e a Coreia do Norte repentinamente propuseram que o termo "Mar do Japão" fosse trocado. Desde então, esses dois países continuam levantando este assunto em conferências internacionais das Nações unidas sobre o tema e em reuniões da Organização Hidrográfica Internacional (OHI).

A República da Coreia e a Coreia do Norte alegam que o termo "Mar do Japão" foi difundido no início do século XX, como consequência do expansionismo e colonialismo do Japão. Assim, argumentam, o termo deveria ser substituído por "Mar do Leste", que é usado somente na República da Coreia e na Coreia do Norte, ou deveria haver um uso conjunto dos termos "Mar do Leste" e "Mar do Japão". No entanto, tais afirmações da República da Coreia e da Coreia do Norte carecem de fundamentos e, portanto, não há razões que sustentem tal mudança.